

PALCOS DE DISCÓRDIA



MÁRIO MESQUITA

O "QUINTO ERRO" DE CARRILHO

Manuel Maria Carrilho sustenta que o *lobby* da comunicação social se uniu para derrotar a sua candidatura, por ter concedido prioridade à reabilitação urbana sobre a construção nova, principal factor de especulação imobiliária. Chama-lhe o "quinto erro". Porquê erro? Não seria preferível referir a "quinta causa"...

de colonistas. Outras ainda respeitam à incapacidade de políticos e jornalistas se entenderem acerca da indecisa fronteira entre o público e o privado (mas esta não é uma maleita lusitana...).

Efeitos de condensação
Não é aqui o lugar de examinar à lupa as acusações formuladas em *Sob o Signo da Verdade*, mas vale a pena reter o "efeito de condensação" produzido por dois micro-eventos: o famoso vídeo de campanha (em que a mulher e o filho do candidato surgem durante um minuto em cerca 13 minutos de emissão) e aquilo que o autor designa pela "golpada do (não) aperto de mão". São ambos discutíveis. O primeiro é questionável enquanto estratégia eleitoral, embora esteja

demais órgãos de comunicação. O sistema político e mediático que tal permite não está de boa saúde. É por isso que se afigura desejável referir neste comentário as revelações mais importantes do livro, contidas no "epílogo" em que o autor procede à sua própria "autocrítica".

Essas informações dizem respeito à medida programática que Manuel Maria Carrilho considera ter sido o seu "quinto erro", por sinal "o mais grave: pequeno, quase imperceptível para muitos, ele foi na verdade devastador nas suas consequências". Vale a pena reter a descrição pelas suas próprias palavras: "consistiu na declaração categórica de que (...) tudo faria para, na duração de um mandato, aumentar o investimento na reabilitação urbana da cidade, tendo como objectivo inverter os valores das percentagens em construção nova e em reabilitação, que eram respectivamente de cerca de 75 por cento e de 25 por cento." O deputado explica que, sendo a habitação nova a principal fonte de especulação imobiliária, o *lobby* da construção civil lhe fez "logo" sentir a sua inquietação. Afirma Carrilho que, ao anúncio deste propósito, se seguiu "uma conversa dos 'maiorais' do sector, que decidiram - segundo o princípio de que a prevenção é o melhor dos remédios - fazer

MIGUEL MADEIRA



Os media decidem as eleições? A questão foi colocada pelo sociólogo Rémy Rieffel, numa comunicação proferida no ISCTE, a convite do seu colega José Rebelo. O investigador considera que os media têm influência decisiva nas práticas da vida política, embora o seu peso no "grande público" seja mais limitado do que, por vezes, se supõe. O discurso mediático "reformatou" a política. A lógica de "mostrar" sobrepôs-se à de "demonstrar". A dramaturgia televisiva impôs a sua lei de confusão entre o público e o privado. A crise das instituições tradicionais e dos corpos intermédios - do Parlamento à Igreja e dos partidos aos sindicatos - permitiu que os media ocupassem o terreno vago. A vida política modificou-se, passando a figurar, em primeiro plano, além de políticos e eleitores, jornalistas, institutos de sondagens, conselheiros políticos (*spin-doctors*) e agências de comunicação.

Os meios de comunicação não estão sozinhos, nem constituem o único elemento a influir no comportamento dos eleitores, onde pesam igualmente factores que vão desde o meio familiar e social até à conjuntura política, social e económica. Mostrar os limites da comunicação social não equivale a negar a sua força, mas apenas a considerá-la variável. Certas eleições foram ganhas contra os interesses hegemónicos na comunicação social (Berlusconi, em Itália, por exemplo), enquanto noutras o papel dos media foi decisivo. Vale a pena citar outro estudioso da comunicação, Daniel Dayan, quando sustenta que "a tese segundo a qual os media têm efeitos limitados não exclui em nada que certos dos seus efeitos, em determinados contextos, sejam eminentemente poderosos".

Sob o signo das aparências
Nem de propósito: vinte e quatro horas depois da comunicação de Rémy Rieffel, emergiu a querela em torno do livro de Manuel Maria Carrilho, *Sob o Signo da Verdade* (Dom Quixote), em que o deputado socialista e professor de filosofia reflecte sobre o decurso da sua candidatura à Câmara Municipal de Lisboa, centrando na comunicação e nos jornalistas boa parte das críticas.

Tal como seria de esperar, ainda o volume mal tinha chegado aos escaparates das livrarias, já se tinha dado início ao "ritual de excomunhão" no sentido atribuído por James Carey à expressão, designando a acção dos *media* dominantes, com vista a transformar determinada figura pública em bode expiatório da comunidade (veja-se o que se passa actualmente com Freitas do Amaral). Ao citar e nomear diversos jornalistas e colonistas, o antigo ministro da Cultura lançou-se num combate desigual. Provavelmente, o ruído gerado pela publicação do seu libelo abafará o conteúdo e a avaliação crítica do livro...

Manuel Maria Carrilho relata inúmeros episódios em que certos jornalistas terão desvirtuado as suas palavras e actos, ou interpretado erradamente as acções de campanha em que participou. Alguns destes casos relevam da desonestidade intelectual (entre outros, o título em que lhe é imputada a afirmação de que "os jornalistas são débeis mentais" ou o comentário irónico da repórter da SIC sobre o filho do candidato no dia das eleições). Certas críticas dirigem-se a manifestações de opinião

longe de constituir excepção na cena política portuguesa, onde se banalizou a presença da mulher e da família em actos de campanha. O segundo porque, embora seja difícil inscrevê-lo na distinção entre público e privado (conforme pretende o autor), raramente foi explicado no seu contexto, enquanto reacção pessoal e emotiva (talvez inadequada à política profissional, mas compreensível) à provocação do adversário que reiterou, com conhecimento de causa, mentiras que já tinham sido objecto de desculpas públicas por quem as proferira, em sede judicial (a incrível história das instalações sanitárias do Palácio da Ajuda).

Estes episódios podem suscitar diferentes juízos acerca do comportamento político de Manuel Maria Carrilho, mas há um aspecto que se afigura inquestionável: não é legítimo "condensar" todo o debate sobre Lisboa, em período eleitoral, em dois episódios laterais, maximizados pela televisão e

uma guerra total à [sua] candidatura". A candidatura adversária não tardaria, aliás, "a anunciar a construção de mais 5000 novos fogos para os primeiros seis meses de mandato..."

Manuel Maria Carrilho sugere que este *lobby* da construção civil terá estado na origem da hostilidade com que deparou na comunicação social. É verosímil, mas não será fácil demonstrar tal hipótese. As "conspirações", por definição, são muito difíceis de provar. Seria um bom tema para o jornalismo investigativo, se existisse e gozasse da necessária autonomia. Este "quinto erro" seria suficiente para justificar o livro. Só não se percebe por que motivo o autor o designa desse modo. Porquê "erro"? Não seria preferível referir a "causa", quando estava em jogo um dos aspectos centrais da sua política municipal que ficou tristemente soterrado sob a dramatização mediática do *fait divers*? ■